

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1AAA

1 Já houve quem dissesse por aí que o Rio de Janeiro é a cidade das explosões. Na verdade, não há semana em que os jornais não registrem uma aqui e ali, na parte rural.

4 A ideia que se faz do Rio é a de que é ele um vasto paiol, e que vivemos sempre ameaçados de ir pelos ares, como se estivéssemos a bordo de um navio de guerra, ou habitando 7 uma fortaleza cheia de explosivos terríveis.

Certamente que essa pólvora terá toda ela emprego útil; mas, se ela é indispensável para certos fins industriais, 10 convinha que se averiguassem bem as causas das explosões, se são acidentais ou propositais, a fim de que fossem removidas na medida do possível. Isso, porém, é que não se tem dado e 13 creio que até hoje não têm as autoridades chegado a resultados positivos.

Entretanto, é sabido que certas pólvoras, submetidas 16 a dadas condições, explodem espontaneamente, e tem sido essa a explicação para uma série de acidentes bastante dolorosos, a começar pelo do Maine, na baía de Havana, sem esquecer 19 também o do Aquidabã.

Noticiam os jornais que o governo vende, quando avariada, grande quantidade dessas pólvoras.

22 Tudo indica que o primeiro cuidado do governo devia ser não entregar a particulares tão perigosas pólvoras, que explodem assim sem mais nem menos, pondo pacíficas vidas 25 em constante perigo.

Creio que o governo não é assim um negociante ganancioso que vende gêneros que possam trazer a destruição 28 de vidas preciosas; e creio que não é, porquanto anda sempre zangado com os farmacêuticos que vendem cocaína aos suicidas. Há sempre no Estado curiosas contradições.

Lima Barreto *Pólvora e cocaína* In: *Vida urbana*, 5/1/1915
Internet: <www.dominiopublico.gov.br> (com adaptações)

Com relação às ideias do texto CB1A1AAA, que data de janeiro de 1915, julgue os itens a seguir.

- 1 Infere-se do texto que seu autor concorda com a ideia de que a cidade do Rio de Janeiro, à época, assemelhava-se a um vasto paiol.
- 2 Conforme o texto, o governo vendia a particulares todo o excedente de explosivos não utilizados.
- 3 Conclui-se do texto que as autoridades do estado do Rio de Janeiro eximiam-se de investigar as causas das explosões que ocorriam no estado.

No que se refere às estruturas linguísticas do texto CB1A1AAA, julgue os itens seguintes.

- 4 Feitas as devidas alterações nas letras maiúsculas e minúsculas e retirada a vírgula após “Na verdade” (ℓ.2), esta expressão poderia ser deslocada para o final do período, logo após “rural”, sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.
- 5 O trecho “se são acidentais ou propositais” (ℓ.11) exprime uma condição sobre a ideia expressa na oração anterior.
- 6 A inserção de **caso fossem** imediatamente antes do termo “submetidas” (ℓ.15) explicitaria o sentido condicional do trecho “submetidas a dadas condições” (ℓ. 15 e 16) sem que houvesse prejuízo para a correção gramatical do texto.
- 7 A correção gramatical do texto seria mantida, se o período “Noticiam os jornais que o governo vende, quando avariada, grande quantidade dessas pólvoras” (ℓ. 20 e 21) fosse reescrito como **Uma grande quantidade dessas pólvoras é vendida pelo governo, quando avariadas — noticia-se nos jornais**, embora a ênfase nas informações desse período fosse alterada.
- 8 A correção gramatical do penúltimo parágrafo do texto seria preservada, embora seu sentido fosse alterado, caso o advérbio “não” (ℓ.23) fosse deslocado para imediatamente após “governo” (ℓ.22).
- 9 O sujeito elíptico da forma verbal “anda” (ℓ.28) retoma a expressão “um negociante ganancioso” (ℓ. 26 e 27).

Texto CB1A1BBB

1 São José do Rio Preto, centro urbano de tamanho
 médio, com cerca de 408 mil habitantes em 2010, localizada na
 região noroeste do estado de São Paulo, em área de clima
 4 tropical, é uma cidade reconhecida pelo seu calor intenso. Em
 1985, a Superintendência de Controle de Endemias do Estado
 de São Paulo detectou a presença de focos do *Aedes aegypti*
 7 em doze cidades paulistas, entre elas, São José do Rio Preto, e
 confirmou sua reintrodução no estado. Os focos foram
 encontrados em locais com concentração de recipientes,
 10 denominados pontos estratégicos (PEs). Foi então estruturado
 o Programa de Controle de *Aedes aegypti* em São Paulo, que
 previa a visitação sistemática e periódica aos PEs dos
 13 municípios e a realização de delimitações de foco, quando do
 encontro de sítios positivos. Considerava-se que o vetor estava
 presente em um município quando continuava presente nos
 16 imóveis após a realização das medidas de controle que vinham
 associadas à delimitação de foco.

Logo após a detecção de focos positivos do mosquito
 19 em São José do Rio Preto, realizaram-se as delimitações e a
 aplicação de controle, as quais não foram suficientes para
 eliminar o vetor. Diante da situação, em 1985, o município foi
 22 definido como área de infestação domiciliar e risco de dengue.
 Os primeiros casos autóctones da dengue no município foram
 registrados em 1991, atribuídos ao sorotipo DENV1. A
 25 primeira grande epidemia ocorreu em 1995, com 1.462 casos
 autóctones. Posteriormente, com a introdução dos demais
 sorotipos, as incidências (casos/100 mil habitantes/ano)
 28 apresentaram comportamento cíclico: em 1999, 1.351,1; em
 2006, 2.935,7; em 2010, ano da maior incidência, 6.173,8; e,
 em 2015, até outubro, a segunda maior incidência, 5.070,8.

31 Apesar de não se descartar a hipótese de que o
 aumento progressivo das incidências da dengue no município
 já seria um efeito do aumento das temperaturas, parece que
 esse fenômeno estaria mais relacionado com a circulação dos
 34 múltiplos sorotipos do vírus da dengue. De modo geral, a
 persistência e a intensidade da dengue em São José do Rio
 37 Preto são esperadas por se tratar de cidade de clima tropical e
 com condições ideais para o desenvolvimento do vetor e de sua
 relação com o patógeno.

Internet: <www.revistas.usp.br> (com adaptações)

Com relação às ideias do texto CB1A1BBB, julgue os itens que se seguem.

- 10 Segundo o texto, realizava-se a delimitação de foco, medida de prevenção à reprodução do *Aedes aegypti*, no caso de serem identificados os pontos estratégicos de ocorrência do mosquito em São José do Rio Preto.
- 11 De 1991 a 2015, houve um aumento progressivo de casos de dengue no município de São José do Rio Preto, devido à resistência do mosquito *Aedes aegypti* às medidas implantadas para seu controle.

A respeito de aspectos linguísticos do texto CB1A1BBB, julgue os itens a seguir.

- 12 A correção gramatical do texto seria preservada caso a preposição que inicia o trecho “em área de clima tropical” (l. 3 e 4) fosse eliminada.
- 13 A inserção de uma vírgula imediatamente após o vocábulo “Logo” (l.18) alteraria os sentidos do texto, apesar de manter sua correção gramatical.
- 14 A expressão “com a introdução dos demais sorotipos” (l. 26 e 27) exprime ideia de causa.
- 15 Os vocábulos “mosquito” (l.18) e “patógeno” (l.39) têm o mesmo referente no texto: “*Aedes aegypti*” (l. 6 e 11).

Acerca da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEERH), julgue os itens a seguir.

- 16 À EBSEERH é assegurado o ressarcimento das despesas com o atendimento do consumidor de um plano privado de assistência à saúde, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- 17 Se um órgão público tiver interesse em contratar a EBSEERH para realizar atividades relacionadas ao objeto social da empresa, a licitação será dispensada.

No que se refere ao Estatuto Social da EBSEERH, julgue os próximos itens.

- 18 A EBSEERH se sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto aos direitos civis, comerciais e trabalhistas, e ao regime jurídico de direito público quanto às obrigações tributárias.
- 19 A EBSEERH é administrada por uma Diretoria Executiva, cujos integrantes são nomeados, por prazo determinado, pelo presidente da República, que pode destituí-los antes do término do mandato desde que haja deliberação do Conselho de Administração da empresa nesse sentido.

Com relação ao Regimento Interno da EBSEERH, julgue os itens a seguir.

- 20 O Conselho Fiscal da EBSEERH é órgão de administração da empresa, e seus membros devem ser dotados de notório saber.
- 21 Órgão da EBSEERH responsável por receber denúncias que envolvam desvio de conduta de empregados, a Ouvidoria-Geral é obrigada a dar ciência aos denunciante acerca das medidas adotadas em relação às denúncias.

À luz do Código de Ética e Conduta da EBSEERH, julgue os itens que se seguem.

- 22 Serão assegurados total sigilo e confidencialidade das informações à pessoa que entrar em contato com a Comissão de Ética da EBSEERH pelos canais de comunicação da Internet para relatar descumprimento de conduta ética dos empregados da empresa.
- 23 Os agentes públicos que integrarem a Comissão de Ética da EBSEERH, assim como seus suplentes, serão indicados pela presidência da empresa.

Com base no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

- 24 A pessoa com deficiência não poderá sofrer nenhuma espécie de discriminação pela sua condição, mas não será obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- 25 Em processos seletivos para ingresso nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, o candidato com deficiência terá direito à disponibilização de provas em formatos acessíveis à sua necessidade, sendo vedada a concessão de dilatação de tempo para a realização de tais provas.

Acerca dos determinantes sociais da saúde, julgue os itens que se seguem.

- 26 Atualmente, o foco dos determinantes sociais da saúde está no mecanismo de produção das iniquidades.
- 27 Conforme os estudos mais atuais sobre as iniquidades em saúde, há uma relação direta de causa e efeito entre os fatores gerais de natureza social, econômica e política e os indicadores de saúde de determinada população, de modo que países com alto PIB possuem, necessariamente, melhores indicadores de saúde do que países com baixo PIB.
- 28 Uma das formas de melhorar o nível de saúde de determinada população consiste em intervir sobre os mecanismos de estratificação social, mediante, por exemplo, políticas relacionadas a mercado de trabalho, educação e seguridade social.

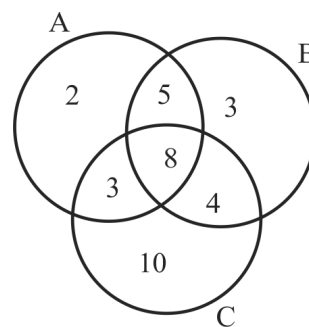
A respeito do Sistema Único de Saúde (SUS), julgue os próximos itens.

- 29 Os conselhos de saúde constituem instância colegiada organizada a cada quatro anos para o exercício do controle social do SUS.
- 30 A composição de cada conselho de saúde obedece ao critério da paridade, cabendo o percentual de 25% do total de seus representantes a cada um dos seguintes grupos: entidades e movimentos representativos de usuários; entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; representantes de governo; prestadores de serviços privados conveniados.
- 31 A Lei n.º 8.080/1990 restringe o rol de instituições públicas federais, estaduais e municipais que fazem parte do SUS às instituições responsáveis pelo desenvolvimento direto de atividades fim em saúde, razão por que exclui desse rol as instituições de pesquisa e produção de equipamentos para saúde, por considerá-las desenvolvedoras de atividade meio.
- 32 Considerando-se que os níveis de saúde podem demonstrar a situação econômica e social da saúde, a atividade física foi incluída na Lei n.º 8.080/1990 como um dos determinantes de saúde.
- 33 As resoluções do pleno de um conselho de saúde, na respectiva esfera de governo, com a devida publicação oficial, devem ser homologadas em trinta dias.
- 34 Historicamente, o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde, que programou as ações multidisciplinares do Plano do Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária, voltado para atender à população rural, foi um marco no processo de descentralização da saúde.
- 35 O princípio da equidade no SUS refere-se ao tratamento desigual para que todos tenham, de acordo com suas necessidades, as demandas atendidas.

Uma pesquisa revelou características da população de uma pequena comunidade composta apenas por casais e seus filhos. Todos os casais dessa comunidade são elementos do conjunto $A \cup B \cup C$, em que

- $A = \{\text{casais com pelo menos um filho com mais de 20 anos de idade}\};$
- $B = \{\text{casais com pelo menos um filho com menos de 10 anos de idade}\};$
- $C = \{\text{casais com pelo menos 4 filhos}\}.$

Considerando que $n(P)$ indique a quantidade de elementos de um conjunto P , suponha que $n(A) = 18$; $n(B) = 20$; $n(C) = 25$; $n(A \cap B) = 13$; $n(A \cap C) = 11$; $n(B \cap C) = 12$ e $n(A \cap B \cap C) = 8$. O diagrama a seguir mostra essas quantidades de elementos.



Com base nas informações e no diagrama precedentes, julgue os itens a seguir.

- 36 Pelo menos 30 casais dessa comunidade têm 2 ou mais filhos.
- 37 Se um casal dessa comunidade for escolhido ao acaso, então a probabilidade de ele ter menos de 4 filhos será superior a 0,3.
- 38 A referida comunidade é formada por menos de 180 pessoas.

A respeito de lógica proposicional, julgue os itens que se seguem.

- 39 Se P , Q e R forem proposições simples e se $\sim R$ indicar a negação da proposição R , então, independentemente dos valores lógicos $V = \text{verdadeiro}$ ou $F = \text{falso}$ de P , Q e R , a proposição $P \rightarrow Q \vee (\sim R)$ será sempre V .
- 40 A negação da proposição “Se o fogo for desencadeado por curto-circuito no sistema elétrico, será recomendável iniciar o combate às chamas com extintor à base de espuma.” é equivalente à proposição “O fogo foi desencadeado por curto-circuito no sistema elétrico e não será recomendável iniciar o combate às chamas com extintor à base de espuma.”

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Um edital de licitação foi publicado e, em seguida, foram apresentadas propostas. No entanto, antes da etapa de homologação, o gestor do órgão licitador decidiu não realizar o certame, sob a alegação de que aquele não era o momento oportuno para tal.

Nessa situação hipotética,

- 41 ao decidir por não levar a termo o certame, o gestor praticou ato administrativo de anulação.
- 42 ao determinar que não realizaria o procedimento licitatório, o gestor deveria ter justificado a medida, elencando os motivos que o levaram a tomar referida decisão.
- 43 o gestor agiu equivocadamente, porque a apresentação das propostas é o marco limitador temporal para que a administração pública desista de realizar o certame, ainda que o cancelamento ocorra por motivos de conveniência e oportunidade.

A respeito de danos causados a particular por agente público de fato (necessário ou putativo), julgue os itens a seguir.

- 44 O Estado terá o dever de indenizar no caso de dano provocado a terceiro de boa-fé por agente público necessário.
- 45 Em razão do princípio da proteção da confiança, quando o dano for causado por funcionário público putativo, o Estado não responderá civilmente perante particulares de boa-fé.

A administração pública promoveu a desapropriação de dois imóveis. No primeiro, o ato expropriatório previa a construção de uma escola. No entanto, após três anos, construiu-se no local um abrigo para moradores de rua. Quanto ao segundo, que já contava com edificação, a previsão era de que o imóvel fosse aproveitado para servir de unidade de saúde pública, porém, nada foi feito e a edificação permaneceu fechada.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 46 Ocorreu, no caso do primeiro imóvel, a trestinação lícita.
- 47 Na situação relacionada ao segundo imóvel, o particular que teve seu bem desapropriado poderá pleitear somente revisão do valor da indenização.

Julgue os seguintes itens, a respeito dos poderes da administração pública.

- 48 No exercício do poder regulamentar, a administração pública não poderá contrariar a lei.
- 49 O poder hierárquico se manifesta no controle exercido pela administração pública direta sobre as empresas públicas.
- 50 A coercibilidade é um atributo que torna obrigatório o ato praticado no exercício do poder de polícia, independentemente da vontade do administrado.

Considerando o que dispõe o Código Civil acerca de negócios jurídicos e contratos, julgue os itens a seguir.

- 51 Nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio serão consideradas abusivas, sendo, portanto, nulas.
- 52 Nos contratos onerosos, a responsabilidade do alienante pela evicção pode ser excluída por convenção das partes em cláusula expressa.
- 53 É nulo o negócio jurídico quando uma parte se obriga, por inexperiência, a prestação excessivamente onerosa, não sendo possível, nesse caso, uma revisão judicial desse negócio jurídico, uma vez que o erro prejudica sua validade.
- 54 Nos contratos de seguro de vida, o segurador se obriga, mediante o recebimento do prêmio, a garantir o interesse do segurado contra eventuais riscos que possam advir de ato doloso por este praticado, observados os princípios da probidade e da boa-fé.

Considerando o que dispõe o Código Civil acerca das obrigações e dos institutos da prescrição e da decadência, julgue os itens que se seguem.

- 55 A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição e interrompida por qualquer interessado, na forma da lei.
- 56 Em regra, aplicam-se à decadência, no que couberem, as normas de suspensão e interrupção da prescrição.
- 57 Nas obrigações de dar coisa certa, caso a coisa restituível se deteriore por culpa do devedor, o credor poderá aceitar a coisa no estado que estiver, com direito a reclamar indenização por perdas e danos.
- 58 A cobrança de encargos e parcelas abusivas não impede a caracterização da mora do devedor, que deverá realizar o pagamento e reclamar, posteriormente, indenização por perdas e danos.

Considerando as regras do atual Código de Processo de Civil acerca das competências e da formação do processo, julgue os seguintes itens.

- 59 Em regra, as demandas devem ser distribuídas aos órgãos jurisdicionais de acordo com critérios de competência, observando-se os princípios do juiz natural e da perpetuação da jurisdição, os quais compõem o sistema de estabilidade do processo.
- 60 Considera-se proposta a ação na data do protocolo da petição inicial, o que gera a litispendência, que somente produzirá efeitos para o réu a partir de sua primeira manifestação nos autos do processo.

A respeito das regras do atual Código de Processo Civil acerca da resposta do réu, julgue os itens que se seguem.

- 61 Caso o réu alegue sua ilegitimidade em contestação, indicando quem ele entende como o correto sujeito passivo, o autor terá o prazo de quinze dias para alterar a petição inicial, podendo substituir o sujeito passivo ou nela incluir o indicado como litisconsorte passivo.
- 62 A reconvenção, incidente processual no qual o réu apresenta pretensão conexa com a ação principal contra o autor, deve ser instrumentalizada em petição avulsa e pode ser apresentada a qualquer tempo.
- 63 O réu que não contestar tempestivamente os fatos a ele imputados pelo autor na inicial será considerado revel e os referidos fatos serão presumidos verdadeiros, ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.

Julgue os itens a seguir, considerando as regras do atual Código de Processo Civil acerca das sentenças e dos recursos.

- 64 Em atenção à coisa julgada, a sentença terminativa impede que a parte autora proponha novamente a ação.
- 65 O Ministério Público estará legitimado a interpor recurso contra decisão judicial quando estiver atuando como fiscal da lei.
- 66 A insuficiência no valor do preparo — que, em regra, constitui um dos requisitos de admissibilidade recursal — implica imediata deserção.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao contrato de trabalho e aos direitos e deveres dele decorrentes.

- 67 O período em que o empregado estiver afastado por motivo de acidente de trabalho é computado como tempo de serviço para fins de indenização e estabilidade.
- 68 O tempo despendido para troca de roupa ou uniforme nas dependências da empresa será considerado como hora de trabalho, ainda que não exista a obrigatoriedade de realizá-la na empresa.
- 69 Havendo concordância por parte do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo um igual ou superior a quatorze dias corridos e os demais não inferiores a cinco dias corridos cada.
- 70 A prática de ato atentatório à segurança nacional devidamente comprovado por inquérito administrativo enseja justa causa do empregado para rescisão do contrato de trabalho.
- 71 Em caso de extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, deverá ser depositada na conta vinculada do FGTS a importância equivalente a 40% dos depósitos realizados no decorrer do contrato.

Julgue os itens seguintes, no que tange a trabalho da mulher, segurança e higiene do trabalho, direito de greve e processo trabalhista.

- 72 A confirmação de gravidez durante o aviso prévio indenizado impede a garantia de estabilidade provisória à gestante.
- 73 Em caso de greve do serviço médico e hospitalar, as entidades sindicais ou os trabalhadores são obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.
- 74 No processo trabalhista, as nulidades processuais devem ser declaradas de ofício pela justiça do trabalho em razão dos poderes instrutórios dos respectivos juízos.
- 75 Os prazos processuais previstos na CLT são contados em dias úteis, sendo excluído o primeiro e incluído o último dia da contagem.
- 76 O peso máximo que um empregado pode remover individualmente mediante o auxílio de aparelhos mecânicos é de 60 kg.

Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue os itens que se seguem.

- 77 Para a punição de um partícipe que colabore com a conduta delituosa, é preciso que o fato principal seja típico, ilícito, culpável e punível.
- 78 Aquele que lesar o próprio corpo ou agravar as consequências de uma lesão com o intuito de buscar indenização será, ao mesmo tempo, sujeito ativo e passivo do delito em razão da sua própria conduta.
- 79 **Situação hipotética:** Um crime foi praticado durante a vigência de lei que cominava pena de multa para essa conduta. Todavia, no decorrer do processo criminal, entrou em vigor nova lei, que, revogando a anterior, passou a atribuir ao referido crime a pena privativa de liberdade. **Assertiva:** Nessa situação, dever-se-á aplicar a lei vigente ao tempo da prática do crime.
- 80 **Situação hipotética:** Um agente, com a livre intenção de matar desafeto seu, disparou na direção deste, mas atingiu fatalmente pessoa diversa, que se encontrava próxima ao seu alvo. **Assertiva:** Nessa situação, configurou-se o erro sobre a pessoa e o agente responderá criminalmente como se tivesse atingido a pessoa visada.

Julgue os itens seguintes, relativos aos tipos penais dispostos no Código Penal e nas leis penais extravagantes.

- 81 A distinção entre o roubo e a extorsão está no grau de participação da vítima, tendo em vista que, no segundo tipo penal, é exigida a participação efetiva do agente lesado.
- 82 O crime de omissão de socorro, tipificado na parte especial do Código Penal, somente se consuma com a ocorrência de um resultado naturalístico, o qual, dependendo de sua gravidade, poderá constituir, ainda, causa qualificadora da conduta.
- 83 No mesmo contexto fático, são incompatíveis o crime de corrupção ativa praticado por particular e o crime de concussão praticado por funcionário público.
- 84 O ordenamento jurídico nacional adotou o critério legal para a tipificação dos crimes hediondos, sendo vedado ao juiz, em caso concreto, fixar a hediondez de um delito ou excluí-la em razão de sua gravidade ou forma de execução.

Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue os itens a seguir.

- 85 A denúncia anônima de fatos graves, por si só, impõe a imediata instauração de inquérito policial, no âmbito do qual a autoridade policial deverá verificar se a notícia é materialmente verdadeira.
- 86 No caso de crime de ação penal privada, a instauração de inquérito policial por força de requerimento formulado pelo ofendido no prazo legal não interromperá o prazo decadencial para o oferecimento da queixa-crime.
- 87 Para provar a materialidade do crime de homicídio, é indispensável o laudo de exame cadavérico, que não poderá ser suprido pela confissão do acusado.
- 88 A justiça federal será exclusivamente competente para o devido processo e julgamento da ação penal relativa a crime de concussão praticado por médico que tenha exigido benefício financeiro de paciente do Sistema Único de Saúde.

Julgue os seguintes itens, acerca do *habeas corpus* e de medidas coativas de prisão.

- 89 Não se admite a impetração de *habeas corpus* para atacar sentença cuja condenação se tenha limitado a pena de natureza pecuniária.
- 90 O juiz poderá converter a prisão preventiva em domiciliar em hipóteses como a de acusado maior de oitenta anos de idade ou cuja presença seja imprescindível aos cuidados de criança menor de seis anos de idade e a de acusada gestante a partir do sétimo mês de gravidez.
- 91 Será incabível a prisão em flagrante do autor de crime processável mediante ação pública condicionada a representação, caso inexistir autorização do ofendido ou de seu representante legal para a formalização do auto.
- 92 Desde que ajuizada a queixa-crime, o ofendido ou querelante tem legitimidade para requerer à autoridade judiciária competente a decretação da prisão temporária do querelado.

Acerca das espécies tributárias e suas funções sociais na satisfação dos interesses coletivos, julgue os itens que se seguem.

- 93 O imposto é atrelado a uma contraprestação específica da administração pública disponibilizada ao contribuinte.
- 94 Contribuições sociais amparam-se no custeio de despesas extraordinárias decorrentes de estado de guerra, calamidades ou investimento público de caráter urgente e relevante.
- 95 A contribuição de melhoria tem por objetivo custear obra pública e evitar enriquecimento ilícito do proprietário de imóvel valorizado pela mesma edificação.

Com relação à obrigação tributária principal e à acessória, julgue os itens subsequentes.

- 96 Obrigação tributária acessória relaciona-se à obrigação de fazer ou não fazer algo ou permitir que algo seja feito pela administração tributária em prol da arrecadação ou fiscalização que lhe compete.
- 97 Dispensada a obrigação principal ao contribuinte, também se dispensará a obrigação acessória.
- 98 Quando não cumprida, a obrigação acessória se converte em principal no tocante à penalidade pecuniária.

A relação jurídico-tributária estabelecida entre o estado e os contribuintes destina-se à arrecadação de tributos e gera os sujeitos ativo e passivo, bem como as interações entre si e quanto a terceiros. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir.

- 99 O município que se constituir pelo fracionamento de território assumirá o polo inverso da relação jurídico-tributário em relação ao que fora desmembrado.
- 100 Aquele que tem relação pessoal e direta com o fato gerador e o que as têm em decorrência de lei são considerados sujeitos passivos.

Espaço livre